1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA -**
2 **CEAS/SC.** Aos vinte e sete dias do mês de março de 2018, na Secretaria de Estado
3 de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST foi realizada a 1º Reunião Plenária
4 Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina -
5 CEAS/SC do ano de dois mil de dezoito, gestão 2017-2019. A Reunião Plenária
6 contou com a presença dos **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTE**
7 **REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:** Conselheiro
8 Titular Presidente Ismael de Córdova representante da Secretaria de Estado de
9 Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Suplente Cláudia Regina
10 Moser representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e
11 Habitação – SST; Conselheira Suplente Paloma Mariucci representante da Secretaria
12 de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Titular
13 Jadna Cristina Mendes Honório representante da Secretaria de Estado de Assistência
14 Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Suplente Magna Andreia de Paula
15 Kochhan representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e
16 Habitação – SST; Conselheira Titular Juçara Teixeira de Borba Scheffer representante
17 da Secretaria de Estado da Educação – SED; Conselheira Suplente Verônica de
18 Oliveira representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SJC;
19 Conselheira Titular Cristiane do Amaral Li Bittencourt representante da Fundação
20 Catarinense de Educação Especial – FCEE. **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E**
21 **SUPLENTE REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO**
22 **GOVERNAMENTAIS:** Conselheiro Titular Vice-Presidente Roque Heitor Gonçalves
23 representante dos Usuários; Conselheira Titular Leonilda de Lourdes Gonçalves
24 representante da Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheira Titular Patrícia de Lourdes
25 Pureza de Souza representante da Obra Kolping Estadual de Santa Catarina –
26 OKE/SC; Conselheira Suplente Maria Sonia de Pellegrin Warken representante da
27 Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE; Conselheira
28 Titular Nanci Cecília de Oliveira Veras representante do Conselho Regional de
29 Psicologia – CRP 12ª Região; Conselheira Suplente Maristela Vieira representante do
30 Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de 10ª Região – CREFITO
31 10; Conselheiro Titular Andre Schafer representante do Movimento Nacional de
32 População de Rua. **Outros Participantes:** Maria Eunice M. Bernat – Gestão
33 SUAS/Blumenau; Stefanie Kraus – CMAS Blumenau; Filipe Ponchielli dos Reis –
34 SMASH/Ibirama; Wilson Alexandre Mello – COEGEMAS; Elaine Paes e Lima –
35 CEDCA; Jane Dalacarte – MDS Consultora UNESC PCF; Mayara Gouveia de Castro –
36 MDS Consultora UNESC PCF; Romanna Remor – Secretária de Estado da
37 Assistência Social, Trabalho e Habitação; Tales Antunes – UNESC/Criciúma; Maria do
38 Carmo Brant – Secretária Nacional de Assistência Social; Halim Antonio Girade –
39 Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano; Lourenço R. Sogabe
40 – SEFAZ/DIAT/PEFE; Janice Merigo – FECAM; Bruna Ramos Cordova – Antonio
41 Carlos; Nestor Centeno – FEUSUAS; Karina g. Euzébio – CEDH/SC; Severina Sousa
42 – CMAS São José; Luciane dos Passos – GEPSE/SST; Carolina Freitas –
43 GEPSE/SST; Regina C. S. Suenes – GETSU; Viviane Maria P. Fernandes – GEBTP;
44 Lucia Medeiros – GETSU; Luciana Pereira da Silva – PMSJ/São José; Maristela
45 Antonia dos Santos – GEPSB/SST; Claudia Regina Moser – DIAS/SST; Patrícia C.
46 Bernardi – DISAN/SST; Deisi Baréa – Educação/São José; Mariana Vidal Folz –
47 GEPSB/SST; João Luiz de Carvalho Botega – MPSC/CIJ; Vânia Maria Machado –
48 FETSUAS/SC; Joseane de Oliveira Luz – NEPAS/CRP-12; Magaly Ricardo A. Vitorino
49 – PETI/SST; Naiara Conservani Schmidt – PETI/SST; Daiana Nardino Dias –
50 DIAS/SST; Solange Bueno – FEUSUAS/SC; Ana Carolina Rosa Pires – APOIO
51 CEAS/SC. Após levantamento e confirmação do Quorum Regimental o Presidente
52 Ismael de Córdova iniciou a presente Reunião. **REUNIÃO PLENÁRIA**
53 **EXTRAORDINÁRIA DE 27 MARÇO DE 2018:** De acordo com o Regimento Interno do
54 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, o Presidente do Conselho, no
55 uso de suas atribuições regimentais, **convoca os Conselheiros Titulares e convida**

56 os **Conselheiros Suplentes** para a REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA de
57 27/03/2018, terça-feira, com início às 13h00min em primeira convocação e às
58 13h15min em segunda convocação, com previsão de término para as 16h, No
59 auditório Leonel Brisola na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
60 Habitação – SST, na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, Fone:
61 (48) 3664 0784, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1-**
62 **Levantamento do Quorum Regimental; 2- Aprovação das Justificativas dos**
63 **Conselheiros Ausentes; 3- Exposição do Programa Criança Feliz pelo Secretário**
64 **Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano Senhor Halim Antonio**
65 **Girade; 4- Exposição do Programa Criança Feliz pela Secretária Nacional da**
66 **Assistência Social Senhora Maria do Carmo Brant de Carvalho; 5- Debate.** A
67 Secretária Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação Romanna Remor
68 deseja boas vindas e agradece a presença de todos. O Presidente Ismael continuando
69 as boas vindas cumprimenta Romanna Remor Secretária Estadual de Assistência
70 Social; Halim Antonio Girade Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento
71 Humano; Maria do Carmo Brant Secretária Nacional de Assistência Social; Jane
72 Dalacorte Consultora UNESCO PCF – Ministério do Desenvolvimento Social; Janice
73 Merigo representante da Federação Catarinense dos Municípios; Wilson Alexandre
74 Mello representante do Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência
75 Social; Karina Euzébio Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos; Eláine
76 Paes e Lima Coordenadora Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
77 Adolescente; Solange Bueno Coordenadora do Fórum Estadual dos Usuários do
78 SUAS Santa Catarina. Agradece a presença de todos e estende os cumprimentos a
79 todos os presentes. A Secretária Nacional de Assistência Social Maria cumprimenta a
80 todos ressaltando a importância desse momento, menciona que esta a disposição. O
81 Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano Halim cumprimenta
82 todos os presentes e resalta a importância desse momento do qual solicitou. O Vice-
83 Presidente Roque Heitor Gonçalves agradece a presença de todos. Seguindo a pauta
84 **Aprovação das Justificativas dos Conselheiros Ausentes:** Conselheira Titular
85 Cleide Terezinha de Oliveira representante do Conselho Regional de Serviço Social –
86 CRESS/SC 12ª Região; Conselheira Titular Márcia Cristina Lamego representante do
87 Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV/SC; Conselheira Titular
88 Francine Cardoso da Silva representante do Instituto Padre Vilson Groh; Conselheiro
89 Titular Sidnei Pavesi representante da Federação Catarinense de Entidades de e Para
90 Cegos – FECEC. **Justificativas aprovadas por unanimidade.** Seguindo a pauta,
91 **Exposição do Programa Criança Feliz pelo Secretário Nacional de Promoção e**
92 **Desenvolvimento Humano Senhor Halim Antonio Girade:** O Presidente Ismael
93 esclarece que após as apresentações terá um momento de debate com 3 blocos com
94 3 inscrições em cada com falas de no máximo 3 minutos. Segue contextualizando
95 mencionando que dia 14 de dezembro de 2016 em plenária ordinária do CEAS não foi
96 aprovado o termo de aceite do PCF, resultando na resolução nº 17 de 14/12/2016 que
97 oficializa o não aceite do Programa Criança Feliz. Na sequência, foi elaborado um
98 ofício do CEAS ao Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação
99 Geraldo Althoff informando os motivos da negativa. No dia 15 de março de 2017, foi
100 realizado o XV Congresso Catarinense de Municípios promovido pela FECAM
101 reunindo os 61 municípios elegíveis que discutiram sobre o PCF, a partir disso foram
102 elaborados ofícios que foram encaminhados ao MDS, Governador do Estado e
103 Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, com ponderações
104 técnicas referentes ao PCF, dentre elas a sobreposição do Programa ao serviço, a
105 questão financeira, entre outros. No dia 11 de julho de 2017, o CEAS abre um espaço
106 para a técnica Mariana do MDS apresentar sobre o PCF. No dia 23 de janeiro de 2018
107 o CEAS recebeu o ofício nº 32 e 36/2018 do MDS/SNPDH solicitando um espaço para
108 apresentar sobre os avanços do PCF. De maneira sucinta foram esses os trâmites
109 realizados referente ao PCF. O Secretário Halim - SNPDH inicia se apresentando,
110 menciona que é um Programa utilizado no mundo todo atualmente para fortalecer a

111 criança, a família, o município, o estado. Menciona que o Brasil está atrasado no
112 processo, todos os países desenvolvidos já entenderam e perceberam que para
113 quebrar o ciclo da pobreza, diminuir a desigualdade, aumentar escolaridade, diminuir a
114 violência, fortalecer o ser humano, é necessário trabalhar intraútero até pelo menos
115 os 3 anos, com fortalecimento até os 2 anos, fortalecendo vínculo do cuidador com a
116 criança. Os países desenvolvidos já perceberam isso há muito tempo, essa proposta
117 já existe em outros países da América Latina, por exemplo o Chile, que é um dos
118 países mais desenvolvido da América Latina e Columbia, o PCF nesses lugares estão
119 na Assistência Social, porém é uma proposta intersetorial, da Saúde, da Assistência
120 Social, da Educação. As bases para uma vida saudável iniciam na Primeira Infância,
121 de forma geral tem como objetivos fortalecer o Desenvolvimento Infantil; Fortalecer o
122 cuidador e o seu vínculo com a criança; Fortalecer famílias e comunidades; Aumentar
123 o salário das famílias; Reduzir a pobreza, violência e melhorar a nutrição; Fortalecer o
124 desenvolvimento humano; Promover o ser humano saudável; Preparar as crianças
125 para o aprendizado escolar; Aumentar a escolaridade; Reduzir as desigualdades;
126 Quebrar o ciclo da pobreza. Tem base na articulação entre o Governo Federal,
127 Estados e Municípios. Com os Pilares: Visitas domiciliares; Ações intersetoriais da
128 Assistência, saúde, educação, cultura e direitos humanos. É um programa para toda a
129 população, porém por questões financeiras, será iniciada com esse público: A
130 população beneficiária: 640 mil Gestantes; 3 milhões de crianças de até três anos e
131 suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; 75 mil crianças de até seis
132 anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC e suas famílias; 8,6
133 mil crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de
134 medida de proteção prevista no art. 101 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, e
135 suas famílias. No modelo de governança existem o Institucional, sendo o Comitê
136 Gestor Ministerial, Estadual e municipal e o Operacional, sendo a coordenação
137 nacional (é responsável pela implantação, monitoramento e avaliação do programa),
138 estadual (Responsável pela implantação do programa e monitoramento do Plano de
139 Ação, onde tem os multiplicadores) e municipal (Responsável pela execução do
140 programa e Plano de Ação, onde tem os visitantes e supervisores). Desenvolvimento
141 Infantil, como fazer? É dando o seu tempo para a criança; Fazer carinhos na criança;
142 Amar a criança; Conversar com a criança; Mostrar e ler livros para a criança; Estar
143 junto da criança; amamentação; Oferecer boa nutrição para a criança; Olho no olho
144 com a criança; Brincar com a criança; Abraçar a criança; Interagir com a criança; pré-
145 natal; Beijar a criança; Contar histórias para a criança; Mostrar as coisas para a
146 criança. Menciona conseqüências que podem ocorrer na vida adulta devido a Pobreza,
147 abusos, maus tratos e privações na infância: Problemas de comportamento;
148 Problemas de saúde mental; asma; agressão; Pensamentos suicidas; obesidade;
149 Envelhecimento e perda de memória; delinquência; ansiedade; Diabetes não insulino
150 dependente; Comportamento antissocial; depressão; Doença Coronária Cardíaca; uso
151 de drogas; Problemas imunológicos e câncer; alcoolismo; impulsividade; Hipertensão
152 Arterial; Stress excessivo. Menciona as conseqüências que podem ocorrer com
153 Cuidados, amor, carinho e condições na infância: vida mais saudável; Crianças
154 vulneráveis mais protegidas; Melhor aptidão Intelectual; Maior responsabilidade social;
155 sucesso na escola; mais matrículas na escola; menos prisões; melhor nutrição;
156 salários maiores; menos adolescentes grávidas; menos violência; redução da
157 probabilidade de cometer crimes; menos evasão; cultura da paz; menos repetência;
158 meninas melhor preparadas; melhora da saúde; maior status econômico; contribuição
159 para quebrar o ciclo da pobreza. Toda essa mudança ocorre dentro do cérebro, todas
160 as pessoas nascem com 100 bilhões de neurônios, porém o principal é a ligação entre
161 essas células. A ligação entre elas se chama sinapse, um neurônio pode realizar 15
162 mil sinapses, um carinho, aconchego, leitura de história para a criança, um beijo a
163 cada segundo formam-se 1 milhão de ligação entre esses neurônios, uma criança que
164 não recebe essa atenção, deixa de ter isso na formação da sua personalidade para
165 sempre. Menciona três conceitos fundamentais sobre o desenvolvimento na primeira

166 infância: 1- as experiências moldam a arquitetura do cérebro; 2 - O jogo de ação e
167 reação modela os circuitos do cérebro; 3- O stress tóxico prejudica o desenvolvimento
168 saudável, sobre esse terceiro conceito explica que um stress contínuo de uma criança
169 com fome de atenção, por exemplo, é um stress que não acalma é como se ele
170 “destruísse” neurônios, quem faz isso no cérebro é uma substância chamada cortisol.
171 Expõe um gráfico referente aos Circuitos Neurais Ligados em uma seqüência de baixo
172 para cima (vertical ascendente), com as vias sensoriais, linguagem e alta função
173 cognitiva. Mostra outro gráfico para mostrar que intervenções preventivas são mais
174 eficientes e produzem resultados mais favoráveis do que remediação tardia. Expõe um
175 mapa que mostra a proporção de crianças em situação domiciliar de baixa renda
176 (menor que ½ SM) – 2010; um mapa que mostra a taxa de analfabetismo no Brasil –
177 2010; um mapa que mostra a proporção de cobertura de 7 ou mais consultas de Pré-
178 Natal, Brasil – 2014; Proporção de Partos Cesáreos – Brasil, 2014; Proporção de
179 Nascidos Vivos de Baixo Peso – Brasil, 2014. Os pilares do programa são as visitas
180 domiciliares e a integração das Políticas Públicas no município. Na sequência mostra
181 fotos de capacitações realizadas e eventos referente ao PCF: Fotos da Capacitação
182 de multiplicadores estaduais no CDC. Local: Brasília-DF. Data: 19.05.2017;
183 Capacitação de multiplicadores estaduais no Guia da Visita Domiciliar, Local: ENAP,
184 Data: 29.05.2017; Lançamento Estadual do Programa Criança Feliz. Local: Vitória/ES;
185 Reunião Técnica com Supervisores Municipais do PCF. Local: Cuiabá/MT. Data:
186 20.06.2017; Seminário Criança Feliz. Local: São Paulo/SP. Data: 20.06.2017;
187 Supervisores municipais do Programa Feliz. Local: Cuiabá/MT. Data: 21.06.2017;
188 Primeira turma de supervisores municipais capacitados. Local: Sergipe/SE. Data:
189 23.06.2017; Capacitação de supervisores estaduais. Local: Palmas/TO. Data:
190 26.06.2017; Capacitação de multiplicadores estaduais no CDC. Local: Recanto das
191 Emas-DF. Data: 19.05.2017; Lançamento Estadual do Programa Criança Feliz. Local:
192 Porto Alegre/RS. Data: 13.06.2017; Lançamento Estadual do Programa Criança Feliz.
193 Local: Curitiba/PR. Data: 23.05.2017; Seminário do PCF no Estado de São Paulo.
194 Local: Piratininga/SP. Data: 21.06.2017; Seminário Estadual do Programa Criança
195 Feliz. Local: Rio Branco/AC. Data: 16.05.2017; Capacitação de supervisores de
196 Sergipe. Local: Aracaju/SE. Capacitação de supervisores do Pará. Local: Belém/PA;
197 Reunião do Programa Criança Feliz no Piauí. Local: Teresina/PI; Visita domiciliar no
198 município de Pacatuba, no estado de Sergipe. Dia 14 de julho; Visita domiciliar na
199 Aldeia Porteira, município de Tocantínia-TO. Dia 26 de julho; Visita domiciliar no
200 município de Vera Cruz, no estado de São Paulo. Dia 27 de julho; Visita domiciliar do
201 PIM/PCF, no Rio Grande do Sul; Visita domiciliar para busca ativa ao Programa, em
202 Teotônio Vilela, no estado de Alagoas. Dia 01 de agosto; Visita domiciliar para busca
203 ativa ao PCF no município de Teotônio Vilela, no estado de Alagoas, dia 01 de agosto.
204 Em seguida apresenta o balanço do PCF, total de municípios no Brasil: 5.570;
205 municípios com oferta do PCF: 3.780; municípios com adesão ativa ao PCF: 2.687;
206 municípios que iniciaram as visitas: 1.971. Tem 25 Comitês Gestores Estaduais e DF;
207 108 multiplicadores capacitados; 2.589 supervisores contratados; 10.846 visitantes
208 contratados. Dois (02) Estados não aderiram ao PCF, Santa Catarina e Minas Gerais,
209 porém 11 municípios de SC e 243 municípios de MG aderiram, onde estão os
210 treinando direto de Brasília. Existe uma meta de atendimento de 432.700 crianças e já
211 chegaram a 243. 580 atendidas. A meta de adesão de 2.687 municípios, já chegaram
212 a 1.958 municípios até o momento. Menciona que 13.434 profissionais já trabalham no
213 PCF. Referente às capacitações, apenas o estado DF ainda não realizou capacitação
214 de supervisores; e apenas o RJ e DF não realizaram ainda capacitação de visitantes.
215 Mostra uma tabela referente aos valores de repasse para os Estados. Menciona que
216 Roraima e Ceará são os Estados que os municípios mais aderiram ao PCF, com 100%
217 e 98,9% de adesão, respectivamente. No país todo 1.790 municípios não são elegíveis
218 ao PCF. Finalizando sua apresentação, menciona que no dia 28 de março de 2018
219 estará em Porto Belo com todos os municípios que realizaram a adesão em Santa
220 Catarina, e se coloca a disposição para sanar as possíveis dúvidas. O Presidente

221 Ismael agradece a apresentação e registra a presença do Promotor João Luiz de
222 Carvalho Botega, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da
223 Juventude - MPSC/CIJ e Vânia Maria Machado, Coordenadora Executiva do Fórum
224 Estadual dos Trabalhadores/as do SUAS - FETSUAS/SC. A Secretária Maria - SNAS
225 inicia sua apresentação dizendo que irá completar a fala do Secretário Halim - SNPDM
226 fazendo um contraponto, expondo as resistências que estão encontrando na Política
227 Nacional de Assistência Social. A primeira delas, que foi praticamente vencida, foi a
228 questão do PCF ser chefiado pela Mulher do Presidente Temer, a Marcela Temer,
229 esclarece que ela não atua no PCF, pois ele é todo definido tecnicamente pelo MDS,
230 SNPDM e SNAS. A segunda questão é até que ponto as normas, as leis, inclusive do
231 SUAS afiançam ou não este PCF, menciona que o Secretário Halim - SNPDM expôs
232 muito bem sobre os estudos neurocientíficos que existem, que é importante ler e
233 aprofundar, pois tem muito sentido essas descobertas de que é fundamental trabalhar
234 as crianças quando são bem pequenas. Menciona o marco legal que foi aprovado e
235 assinado pela antiga Presidente Dilma em março de 2016, que está totalmente
236 ancorado na concepção federal, então enquanto dispositivo legal normativo é um
237 Programa que tem base, que tem sustentação jurídica, inclusive esse marco legal vem
238 avançando no sentido de assegurar para as mulheres uma licença a maternidade mais
239 prolongada e o direito dos pais homens a uma licença de pelo menos 20 dias. Uma
240 terceira questão é a que dizem que pode se tornar uma ação invasiva as famílias e até
241 policialesca, que se o visitador não for muito bem capacitado pode equivocadamente
242 tentar doutrinar esta família, quanto a isso a Secretária menciona que é necessária
243 capacitação permanente dos visitadores e supervisores, e é isso que será realizado,
244 deixando claro princípios éticos e de respeito aos arranjos das famílias, a cultura, os
245 valores da família. O mais importante que não está sendo levado em consideração é
246 que as novas Políticas Públicas tem outros desenhos e caminhos, um deles é a
247 intersectorialidade, que é inviável pensar em proteção integral em uma Política Pública
248 sozinha. Acredita que nos municípios os conselhos deveriam se reunir, pelo menos
249 uma vez no mês, o conselho da Assistência Social, Saúde, Educação, entre outros.
250 Para pensar as prioridades dos municípios e definirem juntos e pressionar a Prefeitura
251 a trabalhar em torno das prioridades, principalmente em época de escassez de
252 recursos. Ressalta que cada vez mais se tem consciência de que é o profissional que
253 precisa se deslocar até a família, ao indivíduo, a visita domiciliar é uma idéia de
254 proximidade. Finaliza mencionando que estão abertos ao debate e que estão
255 conseguindo viabilizar que os recursos cheguem fundo a fundo, via Assistência Social,
256 para que este Programa se viabilize. Menciona que o Cadastro Único é uma das
257 ferramentas mais importantes para ter o diagnóstico da população em situação de
258 vulnerabilidade e pobreza. O Presidente Ismael agradece a apresentação e inicia as
259 inscrições (três inscrições por bloco) para o primeiro bloco. A participante Vânia Maria
260 Machado representante do FETSUAS - SC menciona que estranhou a solicitação do
261 MDS para apresentação do PCF, pois Santa Catarina já discutiu e não aceitou o
262 Programa. Ressalta que defendem a Política de Assistência Social com todos seus
263 serviços e equipamentos, que está sendo viabilizado o PCF e cada vez mais
264 inviabilizado o SUAS, os equipamentos, o investimento nos serviços que já existem.
265 Pois muita coisa que foi apresentado já existem no SUAS, a busca ativa, serviço de
266 fortalecimento de vínculos, PAIF, PAEFI, entres outros. O PCF vem na contramão do
267 SUAS. A Secretária Romanna Remor agradece a oportunidade dessa discussão,
268 apesar de não ter solicitado esse momento, menciona que está grata, pois é um
269 momento em que está aprendendo também. Menciona que participou de um evento
270 com o Ministro Osmar Terra sobre o PCF. Questiona se na busca ativa que existe
271 dentro do SUAS tem o foco que é proposto no PCF, do carinho, atenção, com essas
272 informações importantes que o Secretário Halim explanou. Ressalta o custo de não se
273 fazer/aderir o programa, ressalta que é incalculável o custo de não se ter esse foco
274 específico. Acredita que se puder ter o Programa o resultado pode ser otimizado. 11
275 municípios aderiram, o Estado precisa dar um apoio aos municípios. Se coloca a

276 disposição. O participante Wilson Alexandre Mello representante do COEGEMAS
277 menciona que já foi deliberado mais de uma vez sobre isso, e quando voltou a tona
278 essa temática voltaram a discutir e foi deliberado em manter a decisão de não adesão.
279 Deixando claro que não são contra a lei da Primeira Infância, são contra ao PCF. Em
280 Santa Catarina existem ações pertinentes para se pensar antes do PCF, atualmente
281 precisam de CRAS, CREAS serviço de convivência fortes, um cofinanciamento
282 adequado, falando tecnicamente. A Secretaria de Estado de Assistência Social,
283 Trabalho e Habitação - SST não é fácil, pois tem muito trabalho, pouco dinheiro,
284 poucos técnicos para dar conta do Estado inteiro, sendo que seu município que é
285 pequeno tem aproximadamente 3 vezes mais funcionários que a SST. É necessário
286 resolver os problemas existentes no SUAS, pois muitas ações que o PCF traz pode
287 ser repensado para ser realizado pelo SUAS, não é necessário um programa novo.
288 Enfatiza que Santa Catarina quer resolver os problemas que já existem para depois
289 pensar em aderir coisas novas. Diante do exposto a Secretária Maria - SNAS
290 menciona que a rede de serviços do SUAS não foi desmontada. No ano de 2017
291 foram atrasados recursos, porém honraram com as dívidas e parcelas que tinham com
292 os municípios. Estão fortalecendo toda a rede já instalada, existem coisas que
293 precisam ser melhoradas e continua lutando por isso, continuará lutando para não
294 haver desmonte e ter aumento de recursos. Existem ações em andamento que visam
295 fortalecer os serviços existentes, menciona a questão do custo real dessas ações.
296 Menciona que se o estado não quer aderir o programa, não tem problema, porém que
297 proponha outro melhor. Enfatiza que o SUAS tem como princípio a matricialidade
298 familiar, que é a Política competente para trabalhar a família. A participante Solange
299 Bueno representante do FEUSUAS-SC menciona que o controle social vem fazendo
300 seu papel em Santa Catarina. Menciona que para além de fome de atenção, existe a
301 fome de comida, que amor não alimenta, e existem problemas sérios em relação à
302 fome no estado. Menciona que o índice de pessoas em situação de rua no estado é
303 alto, existem crianças na rua, e isso também é Assistência Social, a violência contra as
304 mulheres, situações em que conselho tutelar tem que retirar a criança da família, pois
305 ela não tem alimentação. Atualmente, onde muitos municípios não tem recursos para
306 executar a Política de forma efetiva, entre várias outras dificuldades que existem o
307 PCF não é prioridade. A militância é para que tenha técnicos preparados e uma
308 Política de Assistência Social fortalecida. A participante Janice Merigo representante
309 da FECAM menciona que os apontamentos realizados serão técnicos, que não tem
310 nenhuma ligação político-partidária. Antigamente quando existiam programas e
311 projetos, toda vez que mudava o governo, criavam novos programas e projetos
312 dependendo da vontade e interesse do político, eram chamados programas e projetos
313 de governo. Hoje existem serviços continuados, equipamentos, equipes técnicas. Não
314 cabe mais discutir programas e projetos dentro da Política de Assistência Social,
315 diante dos avanços. Os programas podem ser complementares dos serviços já
316 ofertados. Ressalta que não podem confundir lei da Primeira Infância e PCF. Todos
317 defendem a lei da Primeira Infância. No entanto, as ações devem ser executadas
318 pelas Políticas Públicas, e já são executadas nos municípios. É necessário questionar
319 o que a Política de Assistência Social faz para contemplar o que a lei diz, e faz muito,
320 talvez só não façam mais por falta de equipe, orientadores sociais (nível médio), entre
321 outros. Entende que visita domiciliar é instrumento técnico e não princípio de
322 Programa. A equipe técnica da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e
323 Habitação é insuficiente, poucas técnicas para dar conta de todo estado, muitos
324 municípios ficam sem apoio técnico. Apoio técnico do estado para oferta de serviço no
325 município é fundamental. Em relação a intersetorialidade, acredita que tem que
326 avançar muito, mas isso não se dá através de um Programa. A FECAM tem um
327 documento que levanta todas essas questões técnicas que embasam o não aceite.
328 Menciona que é necessário rever o Programa ou tirar ele do MDS, pois não é possível
329 dentro de toda a lógica do SUAS aceitar um Programa paralelo. O Conselheiro André
330 Schafer menciona que o SUAS está sendo desmontado, esta sucateado. Menciona

331 que a violência, abuso não está presente só nas famílias e pessoas em situação de
332 vulnerabilidade e sim em todas as classes. Reitera a fala da participante Solange
333 Bueno. O Secretário Halim - SNPDPH menciona que não veio impor nada e sim mostrar
334 os avanços do PCF. Concorde com a participante Solange Bueno referente a fome,
335 uma criança que está com carência nutricional não vai sentir os estímulos, até porque
336 está com outras necessidades. Ressalta que não é um Programa que veio salvar o
337 mundo, que presencia a luta da Secretária Maria - SNAS diariamente para o
338 fortalecimento da Política. Temos que considerar que o Brasil é um país que tem
339 deficiências econômicas graves. Ressalta que o Programa é para todos, os países
340 desenvolvidos já tem esse Programa para todos, o Brasil está começando com os
341 mais vulneráveis com o objetivo que se estenda para todos. Está a disposição para
342 debater. A participante Joseane de Oliveira Luz representante do Núcleo Estadual de
343 Psicologia na Assistência Social – NEPAS/CRP-12 menciona que o não aceite vem de
344 um processo de reflexão, reitera a fala da participante Janice Merigo que realizou
345 apontamos técnicos. Propõe que fortaleçam os serviços do SUAS que já executa
346 muito além do que está proposto no Programa. O participante Filipe ponchielli dos
347 Reis representante da SMASH/Ibirama menciona que reconhece a necessidade do
348 governo de construir uma marca, um Programa para dizer que é seu. Os dados que
349 foram expostos nas apresentações poderiam contribuir para o fortalecimento do
350 SUAS, é necessário discutir isso. Menciona que houve uma deliberação da
351 Conferência Nacional de Assistência Social para retirar o PCF e o governo ignorou
352 completamente. A participante Maria Eunice representante de Blumenau realizou um
353 resgate histórico dos avanços da Política de Assistência Social. Menciona que há uma
354 dificuldade grande em relação ao cofinanciamento. A Secretária Romanna Remor
355 menciona que estamos diante de uma situação posta, que existem municípios que já
356 aderiram, enquanto estado temos que verificar como apoiá-los de alguma forma. Está
357 aberta junto a SNAS que se colocou a disposição para propostas de fortalecimento do
358 SUAS, questiona as propostas para realizar apoio aos municípios que não aderiram ao
359 PCF, para que não fiquem sem esse foco e olhar especial. Agradece a presença de
360 todos, pela oportunidade de participação e pelo momento de discussão. Menciona que
361 está na luta pelo cofinanciamento da Proteção Social Básica e Proteção Social
362 Especial. A Secretária Maria - SNAS finaliza mencionando que entendeu os
363 posicionamentos, que é o fortalecimento dos serviços continuados, ressalta que
364 podem contar com o SNAS, demonstrou todo o interesse a Secretária Romanna
365 Remor em apoiá-los. Em relação ao PCF foi colocado a questão da deliberação da
366 Conferência Nacional de Assistência Social, porém esclarece que uma Conferência
367 Nacional não é deliberativa e sim um momento de reflexão, avaliação e de
368 recomendações/diretrizes para a Política nacional de Assistência Social, não tem o
369 poder de determinar ou decidir o que corta ou não, segundo consulta à assessoria
370 jurídica. Agradece a todos os presentes e se coloca a disposição. O Secretário Halim -
371 SNPDPH agradece pelo momento e que se coloca a disposição para diálogos. O Vice -
372 Presidente Roque agradece a presença de todos. A participante Janice Merigo
373 convida a todos para o encontro do CONGEMAS região sul que será realizado nos
374 dias 05, 06 de abril de 2018. O Presidente Ismael agradece a presença de todos e
375 solicita que todos os conselheiros estaduais permaneçam para dar continuidade na
376 pauta, com os informes gerais. **Informes Gerais:** 1- O Presidente Ismael informa que
377 devido a condições financeiras, operacionais, a possível falta de quórum (pois terá
378 pautas de financiamento que segundo o regimento interno tem que ter um quorum
379 mínimo) a mesa diretora definiu que a Reunião Plenária de abril será realizada em
380 Florianópolis, sendo assim ficando para outro mês a descentralizada. 2- O Presidente
381 Ismael informa que por vários motivos (família morando em outro município, prazos do
382 mestrado, entre outros) a partir do dia 02 de abril de 2018 não estará mais como
383 Diretor de Assistência Social. Considerando isso, não representará mais a Secretaria
384 no Conselho, ficando a questão da vacância da Presidência do CEAS que terá que ser
385 pensado, pois o regimento interno não prevê isso. Menciona que será encaminhado

386 um ofício levantando essa questão ao CNAS. O Presidente agrade a todos,
387 principalmente a SE Patrícia. Houve um momento de agradecimentos realizados pela
388 SE Patrícia e conselheiros pelo excelente trabalho e condução do Presidente Ismael, o
389 desejando muito sucesso. O Presidente Ismael agradece a presença de todos. Dando
390 por encerrada a Reunião eu Patrícia Gasparetto da Silva, com o apoio de Ana Carolina
391 Rosa Pires, lavrei a presente ata.

392

393